

## Proposta de CPI na Funai gera represália

Da Sucursal e do Correspondente

O secretário executivo do Cimi, Conselho Indigenista Missionário, padre Antônio Iasi, foi proibido de entrar no Departamento Geral do Patrimônio Indígena da Funai, o DGPI, pelo seu diretor-geral, general Demócrito Soares de Oliveira, que ficou bastante irritado com a iniciativa da entidade, de propor a parlamentares a constituição de uma CPI para investigar irregularidades que vêm ocorrendo na Funai, envolvendo diretamente aquele departamento.

"Na minha opinião — afirmou Iasi ontem, em Brasília — esta atitude vem confirmar que o DGPI é um órgão profundamente vulnerável, a ponto de temer que os seus erros venham a luz um dia. Além disso, a proibição comprova a força oculta que o órgão representa dentro da Funai, pois a decisão foi tomada arbitrariamente pelo general, à revelia do próprio presidente da Funai, que se encontra em viagem de inspeção às áreas indígenas da Amazonia".

Segundo Iasi, a proibição de ontem faz parte de uma série de restrições que a Funai vem fazendo ao trabalho do Cimi. "Com isso — afirma — estes elementos estão radicalizando uma situação, uma vez que temos procurado manter contato com o órgão, no interesse do índio". Ao ser impedido de ingressar, ontem, nas dependências do DGPI, o secretário do Cimi comentou que, agora, seria o caso de munir-se de um mandado de segurança para que, como cidadão brasileiro, possa entrar numa repartição pública: "Em que país estamos?" — concluiu.

Aparentemente desconhecendo a proibição, o presi-

dente da Funai, general Ismarth de Araujo Oliveira, reconheceu ontem, em Curitiba, que ocorrem "muitas deturpações" nas administrações anteriores do Departamento Geral do Patrimônio Indígena, lembrando inclusive que, depois de assumir a presidência do órgão indigenista, passou o Projeto da Castanha, desenvolvido no Pará, para a administração direta do índio, pois "é inconcebível um projeto de desenvolvimento econômico dissociado do desenvolvimento social".

"Dou razão ao padre Iasi — disse o presidente da Funai — quando afirma que ocorreram deturpações no passado. No entanto, ele não pode deixar de reconhecer que elas estão sendo reparadas". Segundo Ismarth, os dirigentes do Cimi estão mal informados ao afirmar que ele "não teve força" para afastar certos elementos da Funai. Ele lembra que o antigo responsável pelo DGPI, general Clodomiro Fortes Flores, foi substituído pelo general Demócrito.

Mesmo reconhecendo que, no passado, o DGPI chegava a vender os produtos do trabalho dos postos indígenas e ficar com o dinheiro, o presidente da Funai classificou de "extremismo" o fato de o Cimi pretender a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar essas irregularidades, que vêm sendo controladas e coibidas em caráter administrativo e, por isso, segundo ele, "sem alardes".

A propósito das críticas ao projeto de exploração da madeira em área indígena do município de Chapecó, em Santa Catarina, onde, segundo o Cimi, apenas 26 dos 1.090 índios estariam trabalhando na extração e beneficiamento do produto, o presidente da Funai declarou: "É evidente que não queremos o índio, como em

tempos passados, sendo pura e simplesmente a mão-de-obra de um projeto econômico. Nosso índio só é valorizado, quando participa de um projeto integrado, sendo ele, o índio, o beneficiado direto e não um meio para auferição de lucros".

Ontem, em Brasília, o padre Antônio Iasi fez referência também às denúncias que foram feitas pelo técnico indigenista Heleno Gonçalves, envolvendo o antropólogo Peter Silverwood, coordenador do Projeto do Alto Rio Negro, da Funai. Segundo Heleno, o antropólogo inglês estaria utilizando mal a verba que recebeu, usando ainda uma prática pouco honesta para conseguir auto-promoção: o roubo de material de pesquisa de seus subordinados, para utilização em trabalhos sobre grupos tribais dos quais não tem informações seguras.

Na opinião de Iasi, o técnico Heleno Gonçalves é um "teleguiado" de uma ala muito conhecida dentro da Funai, que está interessada em desmoralizar o trabalho das pessoas que estão realmente empenhadas em trabalhar junto às populações indígenas. Todas as pessoas que se identificam com a causa indígena têm sido sistematicamente perseguidas por estes elementos, que defendem uma série de interesses dentro da Funai e que não visam propriamente aos índios.

Peter Silverwood é um dos antropólogos que será afastado do projeto que coordena, por determinação da Funai, que não quer mais a presença de técnicos estrangeiros em áreas de fronteira.

"Na minha opinião — disse Iasi — essas atitudes só irão agravar a onda que novamente começa a surgir no Exterior acerca do tratamento dado pelo governo brasileiro às minorias étnicas".